

O 20 de Novembro e as conquistas dos últimos anos

» MARIA ISABEL SALES
Especialista em direito legislativo, jornalista e assessora legislativa e racial no Senado Federal



Neste novembro de 25, celebramos o segundo ano de um dos feriados nacionais mais simbólicos da história do Brasil, o 20 de Novembro, Dia de Zumbi e da Consciência Negra. A data rememora a morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do país, que reuniu cerca de 16 núcleos, localizados entre Alagoas e Pernambuco.

O feriado foi pensado por lideranças negras do Rio Grande do Sul, como Antônio Carlos Cortes e os saudosos Oliveira Silveira, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Jorge Antônio dos Santos e Luís Paulo Assis Santos, que não reconheciam o 13 de Maio como verdadeira abolição, mas, sim, como o dia em que se abandonou a população negra à própria sorte, sem políticas públicas que nos integrassem de forma digna e puntual na sociedade.

Os parlamentares Randolph Rodrigues, Paulo Paim e Reginete Bispo, sensíveis ao tema, acolheram a ideia e fizeram com que uma das lutas quase secular dos movimentos negros do Brasil se tornasse realidade. Hoje, de forma concreta, temos a Lei 14.759, de 2023.

Falar sobre o feriado nacional do 20 de Novembro é implementar, na prática, a legislação que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados do

país. Assim, o mês de novembro promove o resgate histórico de ações antirracistas e impulsiona novas conquistas para promoção da igualdade racial.

Cito o chamado boom das ações raciais promovidas pelo Senado Federal no período da pandemia da covid-19, em que mais de 700 mil pessoas tiveram a vida ceifada. Entre os anos de 2020 e 2023, inclusive, durante o auge da covid-19, o Congresso Nacional, precisamente o Senado, enfrentou um dos temas mais latentes do Brasil: o racismo.

Fomentado pelos assassinatos de George Floyd, nos Estados Unidos; e de João Alberto, no Rio Grande do Sul, e movido pelos movimentos negros do país, como Coalizão Negra por Direitos, Educafro Brasil, Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e outros, em colaboração com a Defensoria Pública da União, especialistas, juristas, lideranças, sob coordenação do PT, em parceria com as mais variadas siglas partidárias, o Senado promoveu escutas com os movimentos negros, em que mais de 10 ações para o enfrentamento ao racismo foram resgatadas, propostas, examinadas e aprovadas.

Foram mais de 11 encontros virtuais. Os três primeiros duraram por volta de nove horas, em que lideranças do Oiapoque ao Chuí, orientadas pela bancada do PT no Senado, tendo o senador Paulo Paim como promotor, expressaram os desafios de ser negro em um país racista.

As reuniões geraram frutos, como a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmada pelo Brasil, na Guatemala; a tipificação da injúria racial como crime de racismo; o reconhecimento do sítio arqueológico Cais do Valongo, na região

portuária do Rio de Janeiro, como patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro essencial à formação da identidade nacional com diretrizes para especial proteção em decorrência do título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco; o aprimoramento da lei de cotas nos institutos e universidades federais; a renovação da lei de cotas nos concursos; a aprovação do protocolo de abordagem dos agentes de segurança públicos e privados pelo Senado; e tantas outras ações. Todas as matérias foram pautadas e aprovadas com o apoio do então presidente do Congresso e do Senado, Rodrigo Pacheco.

Contudo, ainda existem propostas em andamento que precisam ser enfrentadas e apreciadas, como os Fundos de Promoção da Igualdade Racial, que precisam garantir que recursos públicos e privados sejam destinados para fortalecer social e economicamente a população negra, quebrando barreiras à dignidade plena do povo brasileiro. No Senado, temos a Proposta de Emenda à Constituição 33, de 2016, que tem Paulo Paim como primeiro signatário; na Câmara, a PEC 27, de 2024, na qual o deputado Damiao Feliciano é o primeiro subscritor.

Aprovar proposições como as PECs dos Fundos de Promoção da Igualdade Racial é agir no enfrentamento ao racismo e aos preconceitos na formação e no atendimento à cidadania. É olhar com olhos de ação para o futuro das nossas crianças e adolescentes, com suas diferenças sociais e individuais, religiosas, étnico-raciais, culturais, econômicas e outras.

Aprovar os Fundos de Promoção da Igualdade Racial é reafirmar que a bala, não perdida, não virá pelas costas ou nas costas. Cito provérbio marroquino: "Não há beleza senão a beleza da ação". Axé, saúde, dignidade, prosperidade e amor para todos nós.

COP30 e o alerta médico: não há saúde em um planeta doente

» CÉSAR EDUARDO FERNANDES
Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)



Bem do Pará foi centro das atenções do mundo ao sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30. Pela primeira vez, o Brasil recebeu o encontro global em um território que sintetiza, de forma simbólica e concreta, a abundância e a vulnerabilidade ambiental do planeta: a Amazônia. Mais do que um marco diplomático, o evento foi uma oportunidade para reafirmar uma verdade que se impõe de forma crescente — a crise climática é, antes de tudo, uma crise de saúde.

O impacto das mudanças do clima é sentido nas rotinas de consultórios, hospitais e comunidades. As ondas de calor extremo, que se tornaram cada vez mais frequentes e intensas, aumentam as internações por desidratação e agravam doenças cardiovasculares e respiratórias. O avanço de vetores, impulsionado pela elevação da temperatura e das chuvas, amplia a disseminação de enfermidades como dengue, zika e malária. Ao mesmo tempo, a fumaça das queimadas afeta diretamente a qualidade do ar, piorando quadros pulmonares e contribuindo para crises asmáticas.

Há ainda um aspecto silencioso, mas igualmente grave: os efeitos psicológicos das catástrofes climáticas. Enchentes, secas prolongadas e desastres naturais deixam um rastro de ansiedade, depressão e sofrimento emocional — sobretudo entre populações mais vulneráveis. Nada disso é uma previsão para o futuro; são fenômenos que já desafiam o Sistema Único de Saúde (SUS) e colocam em xeque a capacidade de resposta das redes públicas e privadas diante de uma nova realidade ambiental.

Por isso, a COP30 deve ser encarada também como uma conferência sobre saúde. O debate sobre o clima precisa incorporar de forma central a proteção da vida humana. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que milhões de mortes podem ser evitadas até 2050 se os países adotarem políticas de mitigação e adaptação climática com foco sanitário. É nessa perspectiva que se insere o Plano de Ação de Belém, uma das principais frentes da COP30, que busca garantir equidade e justiça social nas respostas globais à crise climática — reconhecendo que são justamente os mais pobres, indígenas, ribeirinhos e moradores das periferias urbanas os que mais sofrem com os efeitos da degradação ambiental.

A medicina, enquanto ciência e prática social, tem papel decisivo nesse processo. Não se trata apenas de tratar doenças, mas de prevenir, cuidar e agir com responsabilidade sobre as causas que as originam. O planeta adoece e, com ele, adoece também a humanidade. É preciso compreender que a saúde ambiental e a saúde humana são dimensões inseparáveis de uma mesma equação.

A Associação Médica Brasileira (AMB) vem defendendo que o tema "Saúde e Clima" seja incorporado à formação médica e à educação continuada. Médicos precisam estar preparados para lidar com novos padrões epidemiológicos e atuar em situações de emergência decorrentes de desastres naturais. É fundamental desenvolver protocolos de atendimento, planos de contingência e estratégias de comunicação para proteger populações em risco.

Mas a mudança precisa começar também dentro do próprio setor. Hospitais e unidades de saúde estão entre os grandes consumidores de energia, água e insumos. Implementar práticas de baixo carbono, reduzir o desperdício, aprimorar a gestão de resíduos e investir em infraestrutura resiliente são atitudes que expressam, de forma concreta, o compromisso ético de quem trabalha pela vida.

A realização da COP30 na Amazônia oferece ao Brasil uma oportunidade ímpar de liderar uma nova agenda global que une clima e saúde. O país, que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta e um sistema público de saúde de alcance continental, pode — e deve — ser exemplo de integração entre ciência, política e responsabilidade social.

O desafio é imenso, mas também inspirador. É tempo de agir com consciência, colaboração e coragem. Cuidar do clima é cuidar das pessoas. Que a COP30 fique marcada como o momento em que a humanidade finalmente compreendeu que não há saúde possível em um planeta doente — e que curar a Terra é, em última instância, salvar a nós mesmos.



Brasil e Líbano: liberdade, amizade e futuro

» YOUSSEF RAJJI
Ministro das Relações Exteriores e dos Emigrantes do Líbano



Este ano possui um significado especial para as relações entre o Brasil e o Líbano, pois celebramos dois marcos muito importantes: o 80º aniversário do estabelecimento de nossas relações diplomáticas e o 82º aniversário da independência do Líbano. Essas efemérides inserem-se em uma história comum mais ampla e profundamente enraizada. Ao longo das gerações, vínculos duradouros de amizade, afinidade cultural e conexões humanas moldaram uma relação que permanece, ainda hoje, marcada por genuína parceria e mútuo respeito.

O Líbano conquistou sua independência mais de um século depois do Brasil; contudo, ambas as nações sempre compartilharam uma aspiração comum: a busca pela liberdade como fundamento da identidade nacional. Mesmo antes de proclamar sua independência, em 22 de novembro de 1943, o povo libanês demonstrou, de maneira constante, um profundo compromisso com a soberania e a autodeterminação.

Esse entendimento compartilhado acerca da

liberdade continua a inspirar nossas sociedades, reforçando a convicção de que nações livres possuem não apenas a capacidade de se autogovernar, mas também a habilidade de contribuir de forma significativa para a comunidade internacional. As trajetórias paralelas do Brasil e do Líbano ilustram como a busca pela liberdade se torna uma força permanente, moldando o caráter e as aspirações de nossos povos.

A liberdade, contudo, não é o único valor compartilhado por nossas nações. A defesa da democracia como base de um Estado forte e confiável constitui outro pilar importante, que orienta o compromisso comum de nossos países com a paz, a estabilidade e a prosperidade — tanto internamente quanto no âmbito mais amplo da comunidade internacional. Além disso, ao analisar as orientações de política externa de ambos os países, o respeito pelo direito internacional surge como o alicerce de uma ordem internacional justa e baseada em regras, capaz de promover diálogo, cooperação e progresso compartilhado.

Guiado por essa apreciação mútua de valores comuns, o Brasil reconheceu prontamente a independência do Líbano pouco mais de um ano após sua proclamação. Esse gesto refletiu a força de laços que antecederam em muito o ano de 1943. Aquela altura, milhares de libaneses já haviam encontrado no Brasil um lar acolhedor, enriquecendo nosso tecido social, econômico e cultural. Muitos deles alcançaram posições de destaque em diversas áreas — incluindo as artes, os negócios e a política —, conquista da

qual nos orgulhamos profundamente. Esse reconhecimento precoce foi muito mais do que um gesto diplomático; foi a expressão de uma relação fraterna entre nossos países e uma homenagem à vibrante ponte humana que os une.

O estabelecimento formal das relações diplomáticas seguiu-se de maneira natural e imediata, ressaltando a maturidade e a profundidade de nossos laços bilaterais. A criação quase simultânea de missões diplomáticas proporcionou uma base institucional para apoiar uma parceria já dinâmica. Ao longo das décadas, esses canais facilitaram a cooperação em áreas como comércio, cultura, educação, defesa e diálogo multilateral. Continuam a servir como instrumentos fundamentais para promover interesses comuns e fortalecer o entendimento mútuo entre nossos governos e povos.

Ao celebrarmos essas datas comemorativas, Brasil e Líbano são chamados não apenas a honrar seu passado compartilhado, mas também a vislumbrar um futuro marcado por cooperação reforçada e compromisso renovado. O próximo 150º aniversário da histórica visita do Imperador Dom Pedro II ao Monte Líbano — a ser comemorado no próximo ano — oferece uma oportunidade simbólica para aprofundar o engajamento e reafirmar a duradoura amizade que tem orientado nossas relações por quase um século e meio. Ao fortalecer parcerias existentes e explorar novos caminhos de colaboração, Brasil e Líbano podem continuar a construir uma relação plena mente à altura de suas longas e entrelaçadas histórias.